

A (des)consideração de funcionários/as da educação básica nas produções científicas: *uma discussão a partir do conceito de divisão social do trabalho*

The (dis)consideration of basic education employees in scientific productions:

a discussion based on the concept of social division of labor

La (des)consideración de los/as empleados/as de la educación básica en las producciones científicas:

una discusión basada en el concepto de división social del trabajo

 **ROSIMAR SERENA SIQUEIRA ESQUINSANI***

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, Brasil.

 **SIDINEI CRUZ SOBRINHO****

Instituto Federal Sul Riograndense, Passo Fundo-RS, Brasil.

RESUMO: Ao constatar o relativo silenciamento da academia em relação a funcionários/as da educação básica pública, este texto objetiva problematizar o conceito de *divisão social do trabalho*, a partir da obra de Karl Marx, para discutir *sujeitos/as, papéis e lugares* no cotidiano laboral da educação básica. Demonstra-se empiricamente a escassa produção científica com discussões sobre funcionários/as da educação básica, num *corpus* de pesquisa teórica combinado com revisão bibliográfica de levantamentos realizados na SciELO – *Scientific Electronic Library Online* e nos Anais dos Simpósios da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. O caráter periférico ou alegórico que funcionários/as representam na maioria dos textos permite

* Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. *E-mail:* <rosimaresquinsani@upf.br>

** Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Passo Fundo e professor de Educação Técnica e Tecnológica no Instituto Federal Sul Riograndense, Campus Passo Fundo, Rio Grande do Sul. *E-mail:* <sidineisobrinho@gmail.com>

inferir que o tema não exerce centralidade em parte da produção científica. Concluimos com uma provocação: estaria o conceito de divisão social do trabalho reverberando na produção científica quando dedicada aos estudos sobre o trabalho na educação básica?

Palavras-chave: Educação Básica. Funcionários/as. Divisão social do trabalho.

ABSTRACT: By observing the relative silence of the academy in relation to public basic education employees, this text aims to problematize the concept of *social division of labor*, based on the work of Karl Marx, to discuss *subjects, roles and places* in the daily work of basic education. The scarce scientific production is empirically demonstrated with discussions about basic education employees in a corpus of theoretical research combined with a bibliographic review of surveys carried out on SciELO – the Scientific Electronic Library Online – and in the Annals of Symposiums of the National Association of Educational Policy and Administration – ANPAE. The peripheral or allegorical character that these employees represent in most texts allows us to infer that the theme is not central to part of the scientific production. Therefore, we conclude with a provocation: is the concept of social division of labor reverberating in scientific production when dedicated to studies on work in basic education?

Keywords: Basic Education. Employees. Social division of labor.

RESUMEN: Observando el relativo silencio de la academia en relación con los/as empleados/as de la educación básica pública, este texto tiene como objetivo problematizar el concepto de *división social del trabajo*, basado en la obra de Karl Marx, para discutir *sujetos/as, documentos y lugares* en la labor diaria de la educación básica. Demuestra empíricamente la escasa producción científica con discusiones sobre trabajadores/as de la educación básica, en un *cuero* de investigación teórica combinada con una revisión bibliográfica de encuestas realizadas en SciELO – *Scientific Electronic Library Online* y en los Anales de Simposios de la Asociación Nacional de Política y Administración Educativa – ANPAE. El carácter periférico o alegórico que representan los/as empleados/as en la mayoría de los textos permite inferir que el tema no juega un papel central en parte de la producción científica. Concluimos con una provocación: ¿Estaría el concepto de división

social del trabajo repercutiendo en la producción científica cuando se dedica a estudios sobre el trabajo en la educación básica?

Palabras clave: Educación Básica. Empelados/as. División social del trabajo.

Introdução

O texto inicia por um (des)acerto... A intenção inicial repousava em perscrutar as abordagens e pautas da academia sobre os/as funcionários/as da educação básica pública como sujeitos/as partícipes do processo de gestão e organização do cotidiano escolar, considerando proposições e tendências. Todavia, tal intenção se mostrou parcialmente equivocada, conduzindo-nos a uma inquietante observação empírica: a academia – por meio de suas produções, oriundas do esforço científico de pesquisadores/as – mostra-se preocupantemente reticente em relação ao tema dos/das funcionários/as da educação básica.

A partir de tal constatação, objetivamos problematizar circunstancialmente o conceito de *divisão social do trabalho*, examinando sua composição na obra de Karl Marx, no intuito de discutir sujeitos/as, papéis e lugares no cotidiano laboral na educação básica e na produção científica nacional. Tal objetivo é acompanhado pela demonstração empírica da parca presença de produções científicas que envolvem, como tema central, discussões sobre funcionários/as da educação básica. Desse modo, realizamos uma pesquisa com metodologia dialética, embalada pelo procedimento analítico-reconstrutivo e apoiada materialmente por um levantamento documental e bibliográfico.

Para dar materialidade ao *corpus* da pesquisa teórica combinado com a revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa em bases academicamente reconhecidas: a SciELO - *Scientific Electronic Library Online* e os Anais dos Simpósios da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Em ambas as bases utilizamos, proceduralmente, a busca de descritores considerando os seguintes termos: ‘funcionários’; ‘trabalhadores da educação’, e ‘profissionais da educação’, no recorte temporal de 2009 a 2021.

A utilização dos termos manejados como descritores na pesquisa encontram seus fundamentos nas seguintes condições: ‘funcionários’ é “a designação estatutária utilizada pela CNTE [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação] e entidades a ela filiadas, bem como pela autodenominação mais usualmente adotada pelos próprios profissionais, ao longo de suas trajetórias de organização e militância” (DOURADO, 2009, p. 309). Já a designação ‘trabalhadores da educação’ está em acordo com o Art. 61, inciso III, incluído pela Lei nº 12.014, de 2009 e Art. 71, inciso VI da LDB (BRASIL, 1996), enquanto ‘profissionais da educação’ acorda com o Título VI e Art. 70, inciso V da LDB (BRASIL, 1996).

Na SciElo, foram localizados 181 artigos, sendo que os retornos foram complementados pela leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, uma leitura atenta do texto. Diante desses filtros, foram obtidos os seguintes resultados: quatro artigos que abordavam tangencialmente o tema e três artigos que abordavam os/as funcionários/as como sujeitos/as da pesquisa. Refizemos a pesquisa com os mesmos descritores – ‘funcionários’, ‘trabalhadores da educação’ e ‘profissionais da educação’ – nos anais dos Simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, entre os anos de 2009 e 2021. Os anais foram escolhidos em razão da relevância da ANPAE no cenário acadêmico das pesquisas vinculadas a gestão e administração da educação, bem como do escopo de publicações do Simpósio, indexadas a gestão, organização e administração educacional.

O procedimento de coleta dos dados levou em conta os trabalhos completos, totalizando três mil e três artigos. Apesar da quantidade de artigos publicados nos eventos, apenas dois textos informaram como centralidade estudos sobre funcionários/as da educação básica pública. Em uma rápida leitura dos textos publicados nos anais do evento, encontramos os/as funcionários/as (seja com essa denominação, seja com a denominação de trabalhadores/as ou profissionais da educação) em diversos textos. Tal presença, além de rarefeita, assume contornos de apoio, apêndice ou complemento para textos que falavam sobre a gestão democrática ou órgãos colegiados, como o conselho escolar.

Em sequência, a organização narrativa desta pesquisa desenvolverá duas seções de conteúdo: uma primeira sessão expondo e posicionando o conceito de divisão social do trabalho à luz das teorias marxistas; e uma segunda seção, com discussões sobre sujeitos/as, papéis e lugares no cotidiano laboral da educação básica.

Por fim, cumpre informar que o presente texto se caracteriza como produto de uma pesquisa científica ampliada, que objetiva identificar, catalogar e classificar os indicadores que publicações científicas apontam como intrínsecas a uma gestão educacional democrática; dentre tais indicadores, figuram os/as sujeitos/as partícipes do cotidiano escolar, em diferentes papéis e circunstâncias.

A divisão social do trabalho

A divisão social do trabalho é um dos conceitos fundamentais da teoria marxista, que descreve como as sociedades se organizam para produzir bens e serviços. De acordo com Karl Marx, a divisão do trabalho é um fenômeno histórico que surge com o desenvolvimento das sociedades capitalistas. Nessa seção, discutiremos o conceito de divisão social do trabalho na perspectiva marxista, bem como suas mecânicas para a compreensão da sociedade, utilizando essa categoria teórica com consideração – ou o que estamos

nominando de ‘desconsideração’ – de funcionários/as da educação básica nas produções científicas, justamente como exemplo da divisão social do trabalho no ambiente escolar.

Para Marx, a divisão social do trabalho é o processo pelo qual a produção de bens e serviços é dividida em tarefas específicas, executadas por diferentes indivíduos ou grupos. Essa divisão é baseada nas habilidades e conhecimentos de cada indivíduo e na necessidade de produzir bens e serviços em grande escala. No entanto, Marx argumenta que a divisão social do trabalho não é uma característica inerente à natureza humana, mas uma construção social que surge com a sociedade capitalista. Assim, “A divisão social do trabalho e a formação de classes são duas faces da mesma moeda” (MARX, 2017, p. 195). Tal divisão na sociedade capitalista é caracterizada pela separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Os/As trabalhadores/as manuais são responsáveis pela produção dos bens e serviços, enquanto trabalhadores/as intelectuais, como engenheiros/as e gerentes, são responsáveis pela organização e controle do processo de produção. Isso resulta em uma hierarquia social, na qual trabalhadores/as manuais são subordinados/as a trabalhadores/as intelectuais, que detêm o controle sobre os meios de produção.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1996, v.2, p. 297).

Além disso, a divisão social do trabalho na sociedade capitalista também resulta na especialização dos/das trabalhadores/as. Isso significa que eles/elas não têm mais controle sobre o processo de produção como um todo, restando-lhes apenas acesso a uma parte particular do processo. Essa especialização resulta na perda da habilidade geral do/da trabalhador/a, que se torna cada vez mais dependente e vinculado/a ao seu papel específico na produção. Portanto, a divisão social do trabalho traz diversas e sérias implicações nas relações de trabalho e transformação material da natureza, bem como na transformação social e cultural, uma vez que separa a dimensão histórica da dimensão ontológica do trabalho.

Para melhor exemplificar a especialização como construção teórica, vamos reproduzir uma metáfora trazida por Marx:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera (MARX, 2013, p. 255).

Todavia, na medida em que o processo vai se tornando mais complexo e envolvendo um maior número de sujeitos/as, a compreensão da totalidade do trabalho vai ficando também mais rarefeita, permanecendo à disposição do/da trabalhador/a apenas uma parte do todo, Porquanto o/a trabalhador/a está vinculado/a ao seu fazer, a especialização acaba evidenciando, neste fazer, apenas a parte do todo, dando uma pretensa ideia de totalidade ao final do processo:

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já esteve presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existe idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a forma de uma lei; à qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2017, p.256).

Orientando a metáfora para o cotidiano da educação básica, se a especialização requerida objetivar a produção de uma de aula, por exemplo, a ação de dar aula passa a ser o ‘todo’ para aquele/a sujeito/a, em detrimento de qualquer outra atividade que favoreça, ao final, a aula a ser ministrada (como atividades de secretaria, apoio e gestão), ou seja, a especialização faz com que a percepção do/da trabalhador/a seja reduzida a sua especialidade.

Apesar de haver certa convergência em relação ao fato de que “uma dada maneira de dividir o trabalho necessário à sociedade e é determinada pelo nível técnico e pelos meios existentes para o trabalho, ao mesmo tempo em que os condiciona” (ANDERY *et al.*, 2014, p. 11), também é certo que à maneira como tal trabalho é dividido incidem posicionamentos, escolhas, valores e lugares sociais, posto que “a forma de organizar o trabalho determina também a relação entre os homens, inclusive quanto à propriedade dos instrumentos e materiais utilizados e à apropriação do produto do trabalho” (ANDERY *et al.*, 2014, p. 11).

Dentro dessa lógica, a divisão social do trabalho, para Marx, tem implicações na compreensão da sociedade capitalista. Em primeiro lugar, ela resulta em desigualdades sociais e infelizes. Os/As trabalhadores/as manuais, responsáveis pela produção dos bens e serviços, recebem salários baixos e têm pouca ou nenhuma participação na tomada de decisões. Por outro lado, trabalhadores/as intelectuais, que controlam o processo de produção, detêm o poder e recebem salários mais altos.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Karl Marx e Friedrich Engels são didáticos em relação ao tema:

Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida. (MARX & ENGELS, 2007, p. 37-38).

Inserese aqui a importância da compreensão da ideia de *mais-valia*, termo cunhado por Marx para descrever a diferença entre o valor que um/a trabalhador/a cria através do seu trabalho e o salário que recebe por ele. De acordo com Marx, a mais-valia é uma fonte de lucro para proprietários/as dos meios de produção, como os/as capitalistas, sendo o excedente gerado pelo trabalho não pago ao/a trabalhador/a e apropriado pelo/a dono/a da empresa. “O trabalho não pago que o operário realiza além do tempo necessário para a produção de seus meios de subsistência e conservação da sua força de trabalho, portanto, o trabalho excedente, é o fundamento da mais-valia” (MARX, 2013, p. 156).

A produção da mais-valia é realizada através do processo de capitalização, no qual trabalhadores/as vendem sua força de trabalho em troca de salário. Segundo Marx, o valor da força de trabalho é determinado pelos custos de reprodução dos/das trabalhadores/as, como alimentação, habitação e saúde. Esses custos, por sua vez, são determinados pelas condições sociais e sanitárias de cada época e lugar. “A mais-valia é uma parcela do valor total produzido pelo trabalho excedente do operário, isto é, do trabalho não pago. É uma parcela do valor criado pelo trabalhador e não remunerada pelo capitalista” (MARX, 2013, p. 157).

A teoria da mais-valia é profundamente importante para a análise crítica do capitalismo. Em primeiro lugar, ela revela a exploração inerente ao sistema, em que trabalhadores/as operam mais do que recebem, enquanto capitalistas obtêm lucros através da apropriação da mais-valia. Essa exploração é vista como a fonte da desigualdade social e da concentração de riqueza nas mãos de poucos/as: “O segredo da auto-expansão do capital reside na apropriação da mais-valia, isto é, do excesso de trabalho, que é pago abaixo do seu valor real” (MARX, 2013, p. 165). Além disso, a teoria da mais-valia tem mecânica para a compreensão das crises do capitalismo. Segundo Marx, as crises são causadas pela superprodução de bens em relação ao poder de compra da população. “A apropriação da mais-valia é a base econômica da dominação de classe” (MARX, 2017, p. 898). Isso ocorre porque a mais-valia apropriada por capitalistas não é suficiente para sustentar o consumo em larga escala, levando a uma demanda insuficiente e ao declínio da produção. Em resumo, a teoria da mais-valia é um conceito fundamental da teoria econômica e política de Karl Marx. Ela revela a exploração inerente ao sistema capitalista, a fonte das crises e a concentração de riqueza nas mãos de poucos. “A mais-valia é um produto histórico que só se torna possível na sociedade burguesa, e que tem como base o antagonismo entre o capital e o trabalho livre” (MARX, 2013, p. 46). A teoria questiona, também, a ideia de que o mercado livre seja uma força autônoma que regula a economia, mostrando que ele é controlado por capitalistas em benefício próprio.

Mesmo que desenvolvido por Karl Marx no contexto do capitalismo industrial do século XIX, seu conceito pode ser aplicado para analisar a exploração no capitalismo contemporâneo. No neoliberalismo, a mais-valia pode ser identificada na forma de remuneração desproporcional dos/das trabalhadores/as em relação ao valor que geram para

seus/suas empregadores/as, na forma de trabalho não remunerado, seja em horas extras não pagas, carga de trabalho excessiva ou expectativa de disponibilidade constante. Por exemplo, profissionais que trabalham em empresas de tecnologia muitas vezes são admitidos/as a uma cultura de trabalho intensa, na qual o tempo de trabalho e a disponibilidade exigida excedem as horas contratadas. Essa pressão pode levar ao esgotamento e à exaustão, e os/as profissionais muitas vezes não recebem uma compensação adequada por esse trabalho extra. *Mutatis mutandis*, aplica-se a mesma lógica a profissionais da educação básica que não são professores/as, e que não podem ser considerados/as menos importantes para a educação, principalmente para a produção científica enquanto sujeitos/as dela.

Se a mais-valia pode ser identificada na forma de baixos salários em relação ao valor que profissionais geram para seus/suas empregadores/as, isso também pode ser observado em profissões como a de professor/a, em que a remuneração muitas vezes não reflete o valor que o/a professor/a agrega à sociedade através da educação e formação de futuros/as cidadãos/ãs. De acordo com pesquisas recentes, essa dicotomia formação \times remuneração reflete-se na remuneração dos/das demais funcionários/as e profissionais da educação (RIBEIRO, 2021), dos/das quais se exige, em muitos casos, igual formação acadêmica à de professores/as, mesmo que ainda menos remunerados/as.

Na educação, o processo de privatização é cada vez maior para os serviços feitos pelos/as profissionais de educação não professores/as. Esses/as ficam ainda mais afastados/as da 'educação' em si e muito mais excluídos/as do trabalho intelectual exigido de profissionais da educação, sejam professores/as ou não. Por consequência, aumenta o abismo entre a inclusão desses/as funcionários/as da educação no processo de produção científica e, portanto, de compreensão e autonomia. Usando outra categoria marxista, a de *alienação*, percebe-se que tais profissionais da educação são cada vez mais alienados/as do processo educativo. Portanto, para além da exploração da mais valia, sob o viés econômico, há também a negação da dimensão ontológica no trabalho desses/as funcionários/as e, por conseguinte, há a negação da própria dignidade humana.

A divisão social do trabalho também resulta na alienação dos/das trabalhadores/as em relação ao processo de produção. Como têm apenas um papel específico na produção, perdem o controle sobre o processo como um todo e se tornam estranhos/as em relação aos produtos que produzem. Marx argumenta que essa alienação resulta em uma perda de humanidade e em uma sensação de impotência em relação à própria vida. Tal divisão também resulta na competição entre trabalhadores/as, pois são especializados/as em tarefas específicas. Como afirma Marx, "A divisão do trabalho é a base da especialização e da produção em massa, mas também é a base da alienação e da exploração" (MARX, 2011, p. 85). E ainda, "a divisão do trabalho dentro da sociedade é concomitante por uma divisão correspondente das condições gerais do trabalho, tais como meios de produção, matérias-primas e instrumentos" (MARX, 2013, p. 103).

Nisso se insere, diretamente, a produção científica entre profissionais da educação e a nítida divisão social do trabalho. Isso porque raramente se entende a produção científica como trabalho que possa ser feito ou que possa envolver a participação de funcionários/as da educação na sua produção. Essa lógica se reproduz, também, entre os/as próprios/as professores/as da educação básica e os/as da educação superior, pois tende-se a priorizar a produção científica de professores/as do ensino superior e não como ‘trabalho’ a ser realizado por professores/as da educação básica. É nesse sentido que passa a ser naturalizada uma divisão do trabalho que não é natural.

Entretanto, tal divisão constitui as relações *dos/das* e *entre os/as* trabalhadores/as em razão de sua atividade laboral, uma vez que

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003, p. 05).

Assim, “a divisão do trabalho não apenas produz um estado de coisas em que a exploração se torna inevitável, mas também uma mentalidade que a justifica como natural e inevitável” (MARX, 2013, p. 618), porque “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (MARX E ENGELS, 2007, p. 93).

Importante retomar, por fim, uma das primeiras premissas colocadas na seção: a de que a divisão social do trabalho não é uma propriedade intrínseca à natureza humana, mas uma construção social que surge com a sociedade capitalista. Ou seja, como construção social e histórica, a divisão social do trabalho pode ser desconstruída, redefinida ou, no mínimo, problematizada nos contextos de prática. Diante de tal questão, entendemos que problematizar a divisão do trabalho no cotidiano laboral da educação básica – ou, no mínimo, gerar o contraponto – passaria pela forja e pelo fortalecimento identitário dos/das funcionários advindo, em grande medida, de sua formação (SOUZA, 2017), assim como a qualificação e a valorização desses/as funcionários/as das escolas públicas.

‘Sujeitos/as’, ‘papéis’ e ‘lugares’ no cotidiano laboral na educação básica brasileira

O conceito de divisão social do trabalho, as elaborações teóricas e os conceitos relacionados como *especialização do trabalho*, *desigualdade*, *alienação* e *mais-valia* – desenvolvidos breve e contextualmente na seção anterior –, nos proporcionam analogias e significações.

Uma delas reflete a maneira pela qual a divisão do trabalho depurada nos escritos de Marx estaria materialmente configurada na realidade da escola de educação básica, originando a seguinte questão: quais os indicadores da presença de uma divisão social do trabalho no cotidiano escolar?

Dentre as diversas possibilidades de indicadores elegemos, para fins de discussão circunstancial do tema, alguns dos ‘sujeitos/as’, ‘papéis’ e ‘lugares’ observados pela literatura da área educacional como inerentes ao cotidiano laboral da educação básica, sublinhando, em tais indicadores, os/as funcionários/as.

O/A sujeito/a ‘funcionário/a’ está presente no cotidiano da educação básica há algum tempo. João Antônio Monlevade nos conta que:

A figura do funcionário escolar, inserida no ambiente educacional, reporta ao século XVI, quando jesuítas que não tinham formação filosófica ou teológica, e, portanto, não eram preparados para lecionar, mas viviam nos colégios, ali realizavam tarefas compreendidas, hoje, como de apoio à carreira docente. Cuidavam da cozinha, da enfermaria, da manutenção do ambiente, das bibliotecas e dos demais afazeres. Estes eram os irmãos coadjutores, os quais não eram assalariados, mas administravam as fazendas que proviam a infraestrutura material e financeira dos colégios, instalados nas principais cidades da Colônia (MONLEVADE, 2004, p.49).

Porém, sua presença histórica parece não ter reverberado no necessário reconhecimento social, uma vez que, entre os achados da pesquisa, está o caráter periférico ou alegórico que os/as funcionários/as ocupam na maioria dos textos acadêmicos examinados. A possível invisibilidade dos/das funcionários/as da educação básica parece transcender os registros no campo da pesquisa científica *com* e *sobre* a categoria. Se considerarmos que algumas das fontes de dados mais utilizadas para assinalar o estado atual da educação básica brasileira não contemplam informações sobre a categoria profissional dos/das funcionários/as, conseguimos dimensionar tal invisibilidade. O Censo Escolar de 2022, por exemplo, não tem menção alguma a ‘funcionário/a’ ou ‘trabalhador/a da educação’. Por outro lado, quando alude a ‘profissionais da educação’, deixa claro que está se referindo a “profissionais escolares em sala de aula” (BRASIL, 2023a, p. 4; BRASIL, 2023b, p. 12). De igual forma, a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2022 não menciona funcionários/as (ou qualquer outra designação análoga, como já explicado) em nenhum critério ou dado estatístico (INEP, 2023).

Tais constatações apenas referendam estudos já realizados por Thiago Alves *et al*, que apontam:

Nos dias de hoje, segunda década do século XXI, essa invisibilidade e falta de valorização ainda não foi superada e reflete na indefinição de suas funções, no quantitativo de pessoas que devem compor o quadro de funcionários em cada escola, na ausência de oportunidades de formação, de planos de carreira e de remuneração condigna em muitas redes públicas. Essa invisibilidade também é percebida no pequeno número de pesquisas e publicações sobre funcionários, quando comparado aos estudos sobre professores (ALVES *et al.* 2019, p. 209).

Assim, de forma assertiva, o (não)lugar dos/das funcionários/as na maioria dos textos nos permite inferir que o tema não exerce centralidade na pauta de parte da produção científica, destacando a relevância da problematização da divisão social do trabalho no cotidiano laboral na educação básica brasileira.

Ilustrativamente, diversos textos examinados em nossa base empírica contemplam a categoria dos/das funcionários/as com a utilização de reticentes expressões como ‘também’, ‘demais’ ou ‘entre outros’, apresentando estudos que discutem o contexto de sujeitos/as da educação básica e ‘também dos funcionários’, ou que discutem papéis e funções desempenhadas dentro das escolas pelos/as professores/as e ‘demais funcionários’, ou ainda, que destacam lugares do contexto escolar ocupados por secretários/as escolares, ‘entre outros funcionários’.

Tal constatação empírica dialoga com a literatura relacionada ao tema quando aponta que a divisão social do trabalho no cotidiano escolar apresenta-se em duas dimensões: a divisão ou dicotomização entre professores/as e funcionários/as, bem como a divisão ou dicotomização entre funcionários/as, em uma espécie de escalonamento ou diversificação dentro da própria categoria, uma vez que, como sublinha o autor escolhido como base de nossa reflexão, “a divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades” (MARX, 2013, p. 133).

No que concerne a primeira dimensão, há estudos que apontam o caráter ‘politicamente subalterno’ de funcionários/as. De acordo com Monlevade, “basta estar presente às reuniões de colegiados para perceber que seus votos nas decisões se alinham com os dos gestores ou com os dos docentes, numa suave subordinação, que mostra o seu pouquíssimo poder” (MONLEVADE, 2014a, p. 81). Isso seria suficiente para indexar a situação dos/as funcionários/as na lógica da divisão social do trabalho. Todavia, em outro estudo, o autor aponta que essa compreensão de subalternidade é perene, associada a movimentos históricos na educação brasileira:

Na verdade, a divisão social de trabalho, que se iniciou com os colégios religiosos coloniais e se estendeu até os dias de hoje [...] valorizou os docentes – que dominam o ensino da cultura letrada e científica – e desvalorizou os funcionários, que gerem e executam os trabalhos e espaços materiais das unidades escolares (MONLEVADE, 2019, p. 658).

O autor é ainda mais contundente ao defender seu posicionamento acerca da divisão social do trabalho, insuflando o seguinte desafio: “procure-se uma escola, entre milhares no Brasil, cujo nome homenageie o de um funcionário, o de uma funcionária” (MONLEVADE, 2019, p. 658). A situação laboral aproxima-se ainda mais do conceito de divisão social do trabalho quando expomos a divisão interna entre funcionários/as, pois são organizados/as na escola a partir de “hierarquias, muitas vezes dependentes de posições sociais (os “de baixo” herdaram ocupações de escravos, como os cozinheiros e agentes

de conservação e limpeza) ou de proximidade do ato docente (como os que trabalham nas secretarias, bibliotecas e tecnologias de informação)” (MONLEVADE, 2014a, p. 84).

De outra forma, Monlevade ratifica que, para além da divisão entre professora e funcionário/a há outra no cotidiano laboral da escola. Segundo ele, funcionários/as:

dependendo do estado ou município, tinham diferenças marcantes entre sub-categorias do mais ou menos próximos ao “suporte pedagógico”. Quem trabalhava em secretaria ou biblioteca escolar, ganhava mais do que os encarregados da conservação, limpeza, vigilância, alimentação ou cuidado dos estudantes. Quanto mais grossa a mão de calo, menos salário se recebia (MONLEVADE, 2014b, p. 44).

Assim, se há uma divisão – velada ou explícita – entre professores/as e funcionários/as no cotidiano da escola, também parece haver uma divisão entre os/as próprios funcionários/as, associada ao presumível ‘*status*’ da atividade laboral desenvolvida. Nesse sentido, consideramos pontuais as palavras de Marx e Engels: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94), ou seja, as funções presumíveis de cada funcionário/a acabam por se sobressair e, ante quaisquer indícios de uma relação horizontal entre trabalhadores/as que estão no mesmo contexto laboral, terminam por imputar-lhes condições que os/as colocam em relações verticais.

Considerando o conceito marxista de divisão social do trabalho, seria justo fazer a analogia da relação entre as distintas formas que a força de trabalho faz convergir para o mesmo ‘produto’, com lugares sociais diferenciados, posto que

Enquanto a divisão do trabalho na sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhadores parciais na manufatura o é pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada (MARX, 2013, p. 429).

Destarte, “no conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos – classificáveis por ordem gênero, espécie subespécie e variedade –, a divisão social do trabalho” (MARX, 2013, p.49), o que justificaria tanto a divisão laboral entre professores/as e funcionários/as quanto a divisão entre a mesma categoria, em *subespécies*, como descrito por Marx.

Na lógica dos textos marxistas, a divisão social do trabalho seria retroalimentada pela própria prática de tal divisão, uma vez que

com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entre em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida (MARX & ENGELS, 2007, p. 36).

Da mesma forma, “com a divisão do trabalho, [...] estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” (MARX & ENGELS, 2007, p. 36), o que resultaria na valorização diferenciada do trabalho de cada funcionário/a, relacionada a um suposto escalonamento simbólico em razão da relevância e do *status* social ou reconhecimento atribuído a cada ‘papéis’ desempenhado no cotidiano da escola; ou, repetindo Monlevade, quando “mais grossa a mão de calo” (MONLEVADE, 2014b, p. 44), menos relevância e reconhecimento.

Mas quais as razões factíveis para que, dentro de um contexto laboral como a escola, no qual o ‘produto’ não está – aparentemente – à venda, tenhamos uma divisão tão pronunciada entre categorias? Trazemos uma resposta possível, a partir dos estudos de Alves *et al.*, que denunciam “o não entendimento dos funcionários como educadores e as indefinições das funções que devem realizar na escola reforçam a subvalorização, que vem acompanhada de baixos salários e falta de planos de carreira” (ALVES *et al.*, 2019, p. 212). Tais divisões sociais são aparentemente fomentadas pelo frágil diálogo acerca dos ‘sujeitos/as’, ‘papéis’ e ‘lugares’ no cotidiano laboral na educação básica, o que permite (mal) ditos e compreensões enviesadas que pouco auxiliam em um ambiente onde diferentes sujeitos/as desempenhem papéis também diversos, mas, de toda forma, em lugares valorizados e compreendidos como necessários ao contexto.

Além disso, há um lugar desafiador no cotidiano escolar, ocupado por sujeitos/as que desempenham papéis considerados de hierarquia superior (ou de responsabilidade), lugar esse que tanto pode agregar quanto colaborar diretamente no enviesamento das relações: a gestão escolar. Portanto, é relevante pontuar também como a gestão escolar se organiza diante de tal divisão, tendo em vista que

a gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explícita ou não, no qual as pessoas que agem na/sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo. Assim, visam a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre as dos demais sujeitos, a ponto de, na medida do possível, leva-los a agirem como elas pretendem (SOUZA, 2012, p. 159).

Num contexto de forças desiguais, como os contextos forjados pela divisão social do trabalho, tendem a imperar as compreensões e pretensões dos/das mais fortes, bem como a tradução dessas nas pesquisas e na produção acadêmica, explicando, em alguma medida, as razões da baixa incidência de artigos científicos *com* e *sobre* os/as funcionários/as da educação básica. Nessa direção, é preciso tecer o contra-argumento, edificando outras leituras que permitam novos papéis e lugares para o/a sujeito/a funcionário/a, considerando que:

Todos os espaços da escola são também espaços educativos e o processo de aprendizagem também se complementa fora da sala de aula, onde o professor desenvolve um papel único e insubstituível. É preciso reconhecer que a educação é um processo coletivo, e que nos demais ambientes escolares ocorrem contínuos momentos de interação entre os profissionais não docentes e os estudantes, sendo que aqueles contribuem de forma peculiar e diferenciada para o processo de ensino-aprendizagem e para a formação integral dos alunos (NORONHA, 2009, p. 365).

Entretanto, é preciso contemporizar as interpretações acerca da educação escolar como fenômenos históricos e contextuais. Se o debate sobre o cotidiano escolar não for engrossado e mantido de forma permanente, alterações efetivas não serão possíveis. Em razão da busca por alternativas à questão, estudos de Dalila Oliveira apontam que:

Poucos são os estudos que lançam seus olhares sobre os funcionários de escola. Na realidade brasileira, carecemos de pesquisas mais amplas que possam contribuir para uma apreciação geral do que vivem esses funcionários nas distintas redes de ensino (OLIVEIRA, 2016, p. 132).

Nesse ponto, a academia tem muito a colaborar. Ao investir de forma efetiva em pesquisas e consequentes produções científicas *com* e *sobre* os/as funcionários/as, em diferentes aspectos, pode contribuir para a problematização da divisão social do trabalho no cotidiano escolar.

Considerações finais

O texto toma como ponto inicial uma constatação resultante da pesquisa teórica combinada com revisão bibliográfica. Considerando a limitação dessa revisão bibliográfica, pode-se concluir que há um relativo silenciamento da academia em relação a funcionários/as da educação básica pública, embora haja casos e experiências contrárias. As evidências aferidas a partir da pesquisa demonstram que ainda se constata a parca presença de produções que envolvem como tema central discussões sobre tal categoria.

As conclusões a que se chega neste estudo não se pretendem definitivas, muito menos ignoram outros estudos e evidências de que também se progrediu na valorização dos/das funcionários da educação básica pública como partícipes diretos/as na produção científica e na efetivação prática de políticas educacionais. O que se destaca é que, ao considerar a base teórica analisada, ao menos nessa delimitação de produções científicas, ainda há muito que se avançar para, quiçá, surtir efeitos estruturais e não apenas paliativos. Daí a importância de continuidade e aprofundamento da discussão em estudos vindouros.

Para aventar o assunto, consideramos o conceito de divisão social do trabalho, a partir da obra de Karl Marx, no intuito de discutir 'sujeitos/as', 'papéis' e 'lugares' no cotidiano laboral na educação básica e na produção científica nacional pois, segundo a lógica dessa

divisão, “cada pessoa passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar” (MARX & ENGELS, 2007, p. 37).

Para dar corpo aos argumentos que conduziram esta narrativa, organizamos o texto em duas seções principais: na primeira, pontuamos que, para Marx, a divisão social do trabalho é o processo pelo qual a produção de bens e serviços é dividida em tarefas específicas, executadas por diferentes indivíduos ou grupos. Essa divisão é baseada nas habilidades e conhecimentos de cada indivíduo e na necessidade de produzir bens e serviços em grande escala. No entanto, a divisão do trabalho não é inerente à natureza humana, mas é uma construção social da sociedade capitalista. Também discutimos, de maneira breve e contextual, elaborações teóricas e conceitos como especialização do trabalho, desigualdade, alienação e mais-valia.

Na segunda seção apresentamos reflexões sobre a divisão social do trabalho no cotidiano laboral da educação básica, pontuando sobre os/as sujeitos/as presentes no processo, os papéis desempenhados nas ‘hierarquias’ internas, bem como os lugares ocupados. Para tanto, tomamos a questão em duas dimensões: a tradicional divisão ou dicotomização entre professores/as e funcionários/as; e a divisão ou dicotomização entre os/as próprios/as funcionários/as, em uma espécie de escalonamento ou diversificação de funções dentro da mesma categoria.

Diante das argumentações que desenvolvemos, inferimos que a ausência de pesquisas mais robustas com e sobre funcionários/as da educação básica pode ser uma representação da divisão social do trabalho no cotidiano da escola. Concluímos com uma redundante provocação: estaria o conceito de divisão social do trabalho também reverberando na produção científica quando dedicada aos estudos sobre o trabalho na educação básica?

Como construção histórica, a divisão social do trabalho pode ser desconstruída, redefinida ou, no mínimo, problematizada nos contextos de prática. Diante de tal questão, entendemos que elementos para problematizar a divisão do trabalho no cotidiano laboral da educação básica – ou, no mínimo, gerar o contraponto – passaria pela formação, qualificação e valorização dos/das funcionários/as das escolas públicas.

Temos que optar entre uma sociedade construída em estratos que se separam e se hierarquizam, com fraturas profundas ainda no presente, e outra, justa e igualitária, que não nega as diferenças, mas procura superar as desigualdades, até agora reproduzidas e sutilmente “ignoradas”, como se só alguns ensinassem e nem todos aprendessem (MONLEVADE, 2019, p. 666).

Postulamos, por fim, uma colaboração mais intensa da academia, através de pesquisa e produção científica com e sobre os/as funcionários/as da educação básica, com o fito de problematizar a divisão social do trabalho no cotidiano escolar.

Recebido em: 25/05/2023; Aprovado em: 23/06/2023.

Referências

- ALVES, Thiago *et al.* Dimensionamento do quadro de funcionários das escolas de educação básica no Brasil. *RBPAAE* - v. 35, n. 1, p. 207 - 228, jan./abr. 2019.
- ANDERY, Maria Amália *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2023a.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, 2023b.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Funcionário de escola Identidade, conquistas e o futuro. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 309-311, jul./dez. 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – Inep. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2022*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*. Volume I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital*. Volume II. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O Capital*. Volume III. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. O papel dos educadores não-docentes nas escolas de educação básica. Brasil. Ministério da Educação. *Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2004.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Identidade, carreira e jornada dos profissionais da educação. *Cadernos de Educação*, Brasília, n. 26, p. 79-97, jan.-jun., 2014a.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *Movimento sindical dos(as) trabalhadores(as) em Educação*. 3 ed. Brasília, DF: CNTE, 2014b.
- MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Funcionário da educação básica: a formação técnico-pedagógica. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 655-667, set./dez. 2019.

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Diretrizes de Carreira e Área 21: história e perspectivas. *Revista Retratos da Escola*, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 121-140, jan./jun. 2016.

RIBEIRO, Rosselini Diniz Barbosa. *Da luta política à política pública: proposição e materialização de políticas de formação para os funcionários da educação básica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. *Revista Brasileira de Educação*. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012, pp.159-241.

SOUZA, Leandro Aparecido de. *Política educacional e processo formativo: a construção da identidade profissional do funcionário da educação básica*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente/SP, 2017.